

Impacto gerado na vida das mulheres removidas das favelas.

Takeda, Akino; Silva y Heloisa.

Cita:

Takeda, Akino; Silva y Heloisa (2014). *Impacto gerado na vida das mulheres removidas das favelas. VIII Jornadas de Sociología de la UNLP. Departamento de Sociología de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, La Plata.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-099/208>

Impacto gerado na vida das mulheres removidas das favelas¹

Akino Takeda²

Heloisa Silva³

“A cidade não para, a cidade só cresce

O de cima sobe e o de baixo desce”

(Chico Science)

Resumo

Intervenções que buscam transformações de áreas ocupadas por favelados têm sido uma das formas mais comuns das Políticas de Gestão Urbana, tentando revolver um dos grandes problemas das metrópoles brasileiras, a saber, as condições precárias de vida de uma grande parte da população na cidade. A Pedreira Prado Lopes, uma favela localizada na região Noroeste de Belo Horizonte, é um dos doze locais beneficiados pelo Programa de Urbanização de favelas *Vila Viva*, programa de intervenção estrutural em Favelas em âmbito municipal. Essas intervenções, que estão beneficiando 9.000 moradores, contam com recursos da ordem de R\$37,4 milhões do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e foram norteadas pelo PGE – Plano Global Específico elaborado pelos técnicos da URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte) em 1998. Nesse projeto a intervenção foi a criação de um conjunto habitacional para abrigar ex-favelados. O objetivo desta pesquisa é conhecer como essa intervenção impactou a vida dos moradores depois de se estabelecerem nos condomínios, buscando descrever as mudanças no horizonte das mulheres que são em maior parte as chefes de família residentes destes prédios, como apontam estudos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2011.

1 Trabalho preparado para apresentação na VIII Jornadas de Sociología de la UNLP 2014, realizado na cidade de La Plata, Buenos Aires, Argentina, 3,4 e 5 de dezembro.

2 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, membro do Ceurb – Centro de Estudos Urbanos da UFMG. akinotakeda@gmail.com

3 Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, membro do Gestrado – Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente da UFMG. heloisaxisto@yahoo.com

Palavras chaves: Políticas Públicas, Gestão Urbana, Favela, Programa Vila Viva, Pedreira Prado Lopes, Impacto, Mulheres.

Abstract

Interventions that seek to change the areas occupied by squatters have been one of the most common forms of Urban Management Policies, trying to solve one of the major problems of Brazilian metropolises, namely the precarious living conditions of a large part of the population in the city. A Pedreira Prado Lopes, a slum located in the northwestern region of Belo Horizonte, is one of twelve local benefit programs by urbanization of slums *Vila Viva*, a program of structural intervention in slums at the municipal level. These interventions, which are benefiting 9,000 residents have funds of R\$37,4 millions the PAC (Growth Acceleration Program) and were guided by PGE - Specific Global Plan prepared by technicians URBEL (Urbanization Company of Belo Horizonte) in 1998. This project intervention was the creation of a set of housing for former slum housing. The objective of this research is to know how this intervention impacted the lives of residents after settling in condominiums, seeking to describe the changes on the horizon of women who are in most household heads residents of these buildings, as shown by studies of the IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), 2011.

Key Words: Public Policy, Urban Management, Favela, Vila Viva Program, Pedreira Prado Lopes, Impact, Women.

Um olhar feminista sobre o planejamento urbano

O movimento feminista se depara de maneira inicial com a discussão acerca da questão da mulher no espaço urbano, no sentido de buscar um planejamento que atenda toda pluralidade e interesses dos diversos atores que compõem esse espaço, mulheres e homens, jovens e idosos, brancos, negros, pardos indígenas, ricos e pobres. Essa discussão caminha lado a lado com a luta mais geral do movimento de igualdade de acesso às oportunidades e benefícios públicos.

No espaço urbano diferentes interesses são manifestados em leituras realizadas não apenas do ponto de vista das classes sociais, mas também por outros enfoques que tem levantado questões entre urbanistas e arquitetos. No Brasil ainda é escassa a produção de proposição de políticas baseadas na crítica e na reflexão da dimensão humana e de como o espaço urbano é

carregado de significados. No entanto já existem experiências que vêm assumindo demandas concretas e responsabilidades novas para problemas que anteriormente não havia solução.

De uma maneira mais ampla os cursos de arquitetura e os planejadores urbanos renegam as enormes transformações sociais que o país vem enfrentando e podemos destacar nessas mudanças o significativo deslocamento das mulheres em busca de mercado de trabalho e, por conseguinte a luta diária pela apropriação do espaço urbano. Bruschini (2007) descreve este fato com base em estatísticas oficiais sobre o panorama da situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro desde a última década do século XX:

“De um lado, a intensidade e a constância do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que tem ocorrido desde a metade dos anos 1970, de outro, o elevado desemprego das mulheres e a má qualidade do trabalho feminino; de um lado a conquista por bons empregos, o acesso a carreiras e profissões de prestígio e a cargos de gerência e mesmo diretoria, por parte de mulheres escolarizadas, de outro, o predomínio do trabalho feminino em atividades precárias e informais.” (BRUSCHINI, 2007, p.537.)

Dentro do âmbito urbano as mulheres enfrentam questões que envolvem seu direito à cidade como violência sexual e de gênero. Além disso, a categoria de trabalhadoras urbanas é a mais atingida pela precarização das condições de trabalho oriunda da chamada reestruturação produtiva que agrava ainda mais a situação das mulheres trabalhadoras, implicando a perda de seus direitos sociais e trabalhistas e mantendo-as com os menores salários. Há um grande contingente de trabalhadoras no mercado informal, principalmente no trabalho doméstico – em sua maioria mulheres negras –, sem garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários. O aumento notável de mulheres solteiras ou casadas que sustentam sozinhas suas famílias, o empobrecimento crescente de mulheres idosas; as novas configurações que lutam pelos direitos LGBT são questões que se apresentam para o âmbito urbano. Tudo isso somado a uma grande dificuldade de acesso à políticas públicas de habitação e saneamento, lazer e cultura, educação, entre outras.

“No que diz respeito às famílias monoparentais, além do seu rápido crescimento nas últimas décadas, é notável o nível de pobreza a que estão submetidas. As famílias constituídas por mulheres com filhos e sem a presença do marido apresentam o maior percentual de pobres do país. Cerca de 35,4% das pessoas que estão em famílias desse tipo no Brasil são pobres.

Contudo, quando essas famílias contam com a presença de outros parentes, a pobreza da família sofre uma significativa redução. Assim, nas famílias chefiadas por mulheres com a presença de outros parentes, o percentual de pobres cai para 27,5%. Esse percentual é mais baixo que o das famílias convencionais (casais com filhos). Podemos concluir que a ausência do marido nas famílias está sendo compensada, de alguma forma, pela presença dos outros parentes.” (SORJ, FONTES e MACHADO, 2007, p. 581.)

O Brasil é hoje um país majoritariamente urbano, com grandes níveis de exclusão social, o que torna mais necessário e urgente encarar essa demanda com demasiada atenção. A

Plataforma Política Feminista⁴, publicada em 2002, durante a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, pontua que o Brasil

“no início do século passado contava com 18,2 milhões de habitantes, dos quais, 1,8 milhão estava nas cidades. No ano 2000, essa população havia aumentado para cerca de 169,7 milhões, e 137,9 milhões estavam vivendo em áreas urbanas. Assim, 81,2% da população brasileira vive nas cidades, incluindo significativo contingente de pessoas sem-teto”. (PLATAFORMA..., 2002, p.29-30)

Nesse contexto, tanto a Constituição Brasileira de 1988, que tornou obrigatório a elaboração de Planos Diretores Urbanos para todos os municípios com mais de 20.000 habitantes, como a normatização de vários mecanismos de gestão democrática da cidade, assegurados no Estatuto das Cidades e regulamentados no ano de 2002, deram abertura significativa para a construção de um novo olhar sobre a gestão do espaço urbano. Isso possibilitou a participação direta de toda a comunidade, permitindo às mulheres, mesmo que de forma ainda pequena, esboçarem suas propostas na perspectiva de uma cidade mais igualitária. E para isso, se valeram de experiências que vêm sendo realizadas por elas mesmas e que já conseguiram conformar em uma vigorosa plataforma de lutas.

Mesmo com esses avanços políticos as Políticas Públicas Urbanas reproduzem cidades que refletem os estereótipos dos lugares femininos e masculinos se rendendo a uma ótica masculina na produção do espaço urbano como defende Bondi (1992). Segundo essa autora o planejamento urbano funcionalista e racionalista que ainda domina o modo de concepção de cidade aprisiona as mulheres em determinados lugares ao manter separado áreas comerciais, industriais e residenciais, acentuando a divisão do trabalho entre sexos, como ocorre na cidade de Belo Horizonte. A leitura da distribuição funcional da paisagem urbana reflete, portanto a dominância da perspectiva masculina sobre o espaço. Bondi (1992).

Domosh (1996) retrata uma relação entre gênero e a ideologia estética nas construções femininas, demonstrando que o controle moral, papel determinado às mulheres na sociedade patriarcal, é repassado pela sua arquitetura. Huxley e Winchester (1991) argumentam que os processos de segregação espacial, além da compreensão da lógica capitalista que os define, relaciona-se com o modelo social patriarcal, visto que muitas áreas são compostas pelo trabalho feminino remunerado de forma desigual em relação ao trabalho masculino, gerando uma feminização da pobreza urbana. Enfim, os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são claramente elementos que tanto se referem às diferenças de acesso

⁴ *Plataforma Política Feminista*. Brasília: CFEMEA, 2002. Disponível no website da Articulação de Mulheres Brasileiras: www.articulacaodemulheres.org.br

físico entre mulheres e homens a determinados espaços, como a construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade. Tendo em vista a discussão feminista acerca da produção do espaço urbano e a atual realidade da cidade de Belo Horizonte, propomos nesse texto descrever como foi a formação da cidade e o que é o Programa Vila Viva, e como esse programa se reflete no horizonte das mulheres moradoras da favela da Pedreira Prado Lopes, uma das favelas mais antigas de Belo Horizonte.

Considerações sobre a formação de Belo Horizonte e a luta pelo direito a cidade

Para compreender o Programa Vila Viva em Belo Horizonte é necessário que se faça um breve levantamento histórico de como foi a formação urbanística da cidade que desde o princípio possui um caráter moralizante, asséptico, segregador, patriarcal e reprodutor de diferenças.

Se pensarmos a cidade como uma tecnologia, ela seria então a materialização de um horizonte cultural vigente na conjuntura de onde ela foi concebida (Feenberg, 2010). O primeiro período de intervenções urbanas no Brasil, que se deu entre 1875 a 1930 tinha o horizonte cultural influenciado pela racionalidade e pela valorização da vida provenientes do pensamento moderno parisiense e alemão.

Até meados do século XIX, Paris se encontrava em uma situação urbana de contrastes, ricos e pobres, mercadorias de alto valor e uma cidade completamente precária e insalubre. Entre 1853 e 1870 o Barão George Eugène Haussmann foi prefeito da cidade e nela promoveu inúmeras intervenções. Essas intervenções concentraram-se em regular processos biológicos da população tais como a proliferação, a fecundidade, a morbidade, o nível de saúde, o estudo e gestão das doenças e a longevidade. Procurava-se regular tudo que poderia provocar confusão no espaço urbano como controle da circulação e planejamento das vias de forma que outras revoluções ou manifestações populares tais como a Revolução Francesa não ocorressem. Passa-se a monitorar a água e o ar a fim de prever elementos necessários a vida na cidade, como áreas para praças, mercados, circulação dos transportes e animais, bem como locais para despejo dos dejetos humanos e lavagem de roupa, sem que a água das fontes fossem contaminadas.

Para que tais modificações ocorressem fora tomado um poder científico para operar o “fazer viver” e o “como fazer viver”. Nesse sentido, a partir do século XVIII, com o fim de equacionar o processo vital de populações humanas foram desenvolvidas diversas áreas acerca de problematizar e informacionalizar a vida tais como Economia Política, Biologia, Estatística, Medicina Social, Demografia, Urbanismo, etc. como resultado do aumento da complexidade do exercício do poder que deve fazer da vida a regra e a morte uma exceção.

Para Foucault (1986) é o biopoder, empregado pelos agentes detentores do saber, que finalmente fará a ponte entre um e outro mecanismo, disciplina e regulamentação. O poder no século XIX incumbiu-se da vida, do orgânico ao biológico, utilizando as informações em formas estatísticas para disciplinar e regulamentar as patologias e desse modo deixar viver (Foucault, 1986). Essa ideia também está presente em Donna Haraway (2009) no conceito de ciborgue, para a autora o mundo é um fluxo de informações e de códigos que apreendidos são utilizados como indicadores. Nesse sentido as doenças seriam provenientes da falta de planejamento urbano, seriam então erros informacionais, que podem ser resolvidos ao se equacionar os índices que estiverem fora da normalidade.

Foi nesse regime de verdade que ocorreu a transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte (1897). A nova cidade fora planejada para abrigar uma população total de 200 mil habitantes, na visão de Araújo Reis a ocupação aconteceria do centro para a periferia. Desse modo, a infraestrutura conseguiria, gradativamente, acompanhar a ocupação em prol da salubridade desejada pelo engenheiro.

“A planta da cidade elaborada por Araújo Reis continha ideias de progresso de modernidade e de avanço tecnológico. A difusão dessa forma de pensamento foi possível a partir da mentalidade positivista vigente na escola Politécnica de Rio de Janeiro. A planta da cidade permite perceber que se pretendia, claramente romper com o padrão colonial das cidades brasileiras simbolizadas principalmente por Ouro Preto”. (ARGUELHES E COSTA, 2009, p. 123)

Essa população esperada para morar na cidade era composta apenas das elites e funcionários públicos que morariam dentro do limite da Avenida do Contorno e o projeto de casas populares para os trabalhadores foi negligenciado. Essa questão nos colocou o seguinte questionamento: Como um planejamento que se julgou tão racional, analítico não se deu conta que haviam mais pessoas além das elites para morar na cidade?

Encontramos explicação para isso a luz do conceito de código técnico proposta por Feenbergue (2010). Segundo o autor a tecnologia é resultado do horizonte cultural e possui significado social onde as diferenças do modo como os grupos sociais interpretam e usam a tecnologia não são intrínsecas. Em outras palavras o traçado urbano, a circulação e acessibilidade, as linhas de fuga da cidade foram projetadas a partir de uma decisão política. A mudança e a construção da capital mineira para Belo Horizonte seguiram códigos concretizados da elite política mineira que desejava conformar economicamente a capital a outras capitais do país e que já estavam em processo de industrialização, além disso, desejavam também europeizar o Brasil.

Contudo como pontua Feenbergue (2010), o modo com que os grupos sociais interpretam e utilizam objetos técnicos não são intrínsecos e diferentes do que o projeto de Arão Reis esperava, a primeira parcela de moradores da cidade eram pessoas que já estavam no terreno quando ele ainda se chamava Curral Del Rey, essas foram removidas, mas reocuparam a cidade. Também compunham esses primeiros habitantes os trabalhadores responsáveis por construir a cidade, esses foram ocupando as Zonas suburbanas e rural da cidade e mais adiante foram abrangendo áreas mais próximas do seu trabalho, nas periferias próximas ao centro, pois já naquela época os trabalhadores enfrentavam dificuldades de transporte público. Foi esse movimento que se originou complexos de favelas como a Pedreira Prado Lopes, Serra e Barragem Santa Lúcia, todas localizadas em regiões centrais de Belo Horizonte.

A cidade já nasceu nesse dualismo, foi construída sob um horizonte cultural que privilegiava a estética elitista, mas quem compunha a primeira parcela de moradores na sua maioria eram os pobres do Curral e trabalhadores das obras da cidade. Dessa maneira as periferias tornaram-se o bode expiatório dos problemas da cidade e tanto o Estado, quanto a Igreja Católica com vistas a intervir no “problema”, passaram a atuar junto às comunidades. De um lado o Estado buscava a eliminação desses locais visando acabarem com a “classe perigosa” e do outro a Igreja, buscava salvar as almas degeneradas que lá se encontravam.

A ideia de resolver o “problema favela” atingiu seu ápice na década de 60 com o Golpe Militar de 1964, a repressão desencadeada no país a partir do golpe, reforçou as políticas autoritárias e excludentes, ancoradas no apoio das classes dominantes. Radicalizaram-se as ações que enfocavam a definitiva expulsão das classes populares das áreas nobres das cidades, “resgatando o velho desejo manifesto pelos setores sociais dominantes no início do século” (SILVA; BARBOSA, 2005, p. 46).

Instalou-se um longo período de uma política pública com aspiração modernizadora, seguindo a lógica da gramática do insulamento burocrático, muito presente na história da urbanização e planejamento urbano do país. Essas políticas se voltavam para a remoção das favelas e transferências dos seus moradores para conjuntos habitacionais nas periferias das cidades. Esses conjuntos eram construídos pelo Estado, financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e caracterizou-se como a maior intervenção pública contra favelas no país.

A modernização conservadora do regime militar sufocou a luta por direitos dos excluídos de ordem social e político que já havia se desenvolvido na favela e ao contrário de outros seguimentos de luta como os dos operários das indústrias, o mundo dos excluídos não conheceu uma reorganização para que suas pautas fossem novamente consideradas e como resultado disso grupos para-estatais ligados ao tráfico de drogas e ao jogo do bicho instalaram-se nas favelas sustentando o imaginário da violência e da decadência moral das favelas. (ALVITO; ZALUAR, 2003, p.26)

Atualmente Belo Horizonte enfrenta sérios problemas de déficit imobiliário, fruto desses arranjos segregadores do planejamento urbano, da especulação imobiliária e de políticas urbanas de gentrificação que vem supervalorizando áreas que antes eram marginalizadas e destinadas ao trabalhador, transformando-as em regiões muito elitizadas. A Região Norte é um exemplo muito claro sobre a elitização da cidade promovida pela especulação. Nos últimos anos o mercado implantou centenas de condomínios fechados de alto luxo e o governo melhorou vias, construiu a sede Administrativa do governo do estado na região subsidiando elementos para alimentar a especulação imobiliária para atuar com mais vigor e aproveitando o contexto das obras destinadas ao mega evento da Copa do Mundo de 2014, ocorrido no Brasil e que tinha Belo Horizonte com o um das sedes.

De acordo com dados fornecidos pela URBEL em 2008⁵, aproximadamente 21% da população total do município vive em ocupações precárias e irregulares, distribuídas em 209 áreas de ocupação informal reconhecidas como favelas pelo Município e que ocupam aproximadamente 5% do território municipal. Conjuntamente, as famílias moradoras de favelas totalizam uma população estimada em quase 500.000 habitantes, as quais habitam cerca de 125.000 domicílios distribuídos em uma área aproximada em 16,1km² dos 331 km²do município.

⁵As informações referem-se aos dados obtidos em Planos Globais Específicos já realizados em diferentes datas e à estimativas para áreas ainda não cadastradas. É, portanto, uma estimativa geral, não tendo precisão nos valores, mas sendo significativa para uma caracterização geral da situação municipal em relação às ocupações por áreas de favelas. Neste levantamento foram consideradas todas as áreas definidas na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei 7.166/96, alterada pela Lei 8.137/00) como Zona de Especial Interesse Social- 1.

Nesse sentido, os moradores da capital mineira se encontram no contexto de luta pelo direito à cidade, à moradia e mobilidade urbana. Esse fato é expresso principalmente pelas ocupações urbanas e pela luta para um transporte público digno e subsidiado pelo governo para gratuidade, o movimento Tarifa Zero BH exemplifica esse contexto de reivindicação por mais acessibilidade e mobilidade em Belo Horizonte. Vem crescendo também o número de ocupações urbanas na capital, uma vez que os trabalhadores não conseguem atender as especulações do mercado imobiliário com seus pequenos salários. Ocupações como Rosa Leão, Vitória, Esperança, Zilah Spósito/Helena Greco (localizadas na região da Mata do Isidoro); Dandara e Eliana Silva, localizadas na região norte da capital; Novo Lagedo e Jardim Getsêmani, localizadas na região Nordeste da capital; Irmã Dorothy, Camilo Torres, Nelson Mandela, localizadas na região sudoeste, conhecida como Barreiro e Cafezal localizada na região Centro-Sul de Belo Horizonte elucidam o cenário lutas pelo direito à moradia na capital mineira.

Este não é apenas um problema que atinge de Belo Horizonte e sua região metropolitana, ele se configuram por todas as cidades do país onde a especulação imobiliária, encontra-se em forte expansão, necessita que os pobres estejam cada vez mais longe das regiões centrais, pois a presença deles segundo as concepções urbanísticas vigentes desvaloriza o centro. São milhões de brasileiros morando na clandestinidade por todo país e cada vez mais em regiões periféricas, longe dos centros. A cidade clandestina no Brasil representa quase que uma regra, e a cidade formal, exceção, pois as principais cidades, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, possui índices muito elevados de moradias ilegais como Belém do Pará que possui a metade da população morando de forma ilegal e Salvador 30% da população.⁶

Problema que se estende para a mobilidade, pois os trabalhadores longe dos centros passam a depender ainda mais dos transportes coletivos para satisfazer o mercado de trabalho que se encontra nas regiões centrais. Dessa maneira as Políticas de parceria Público-Privado, se tornaram grandes máquinas de exploração da dependência dos pobres pelo transporte público, e esses passam grande parte do tempo de suas vidas se locomovendo nesses transportes.

Concluimos então que mesmo com os processos de construção e de implementação dos novos marcos jurídico-institucionais postos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Cidade, que reenquadram as políticas urbanas, bem como referencia a atuação do governo federal na área urbana, que foram implantadas e pensadas no sentido de promover a

⁶ Análise de Conjuntura – Perspectivas para a luta do movimento popular urbano. Conferência de Ermínia Maricato apresentada na abertura da *IV Jornada da Moradia Digna*. São Paulo, 03 de março de 2013. Disponível em: <http://erminiamaricato.net/abertura-da-4a-jornada-da-moradia-digna-video/>

democratização do planejamento urbano, não se mostraram suficientes para promoverem a função social da propriedade e garantir acesso igualitário da cidade para os diversos atores que a compõem. A realidade da discussão urbanística no Brasil pode ser entendida nas palavras de Ermínia Maricato:

“A função social da propriedade, o IPTU progressivo, instrumento de regulação da especulação, permanecem como letra morta na constituição federal, no Estatuto da Cidade e nos sucessivos planos diretores. Leis festejadas no mundo todo, a legislação urbanística no Brasil, é desconhecida por grande parte do judiciário. Até mesmo o Supremo Tribunal Federal nos surpreende ao reter a aplicação do IPTU progressivo, principal instrumento de justiça urbana, no município de São Paulo. Esses instrumentos se aplicam por meio do plano diretor, segundo nossa Constituição.” (MARICATO, 2014)⁷

A Pedreira Prado Lopes e o Programa Vila Viva

Escolhemos o Programa Vila Viva como objeto de análise, pois em um contexto por luta por moradia e direito a cidade, a Prefeitura de Belo Horizonte em 2005, sob o mandato de Fernando Pimentel, implantou esse programa cujo objetivo se pauta na integração das vilas à cidade no sentido de aproximar os padrões de vida urbana da Pedreira Prado Lopes daqueles praticados nos bairros da cidade integralmente atendidos pelos serviços públicos. Ideia que já expressa a favela como um problema a ser resolvido e demonstra que a favela não está integrada à cidade, embora concluamos anteriormente que a moradia clandestina é uma regra no Brasil e não uma exceção.

A Favela da Pedreira Prado Lopes, como mencionado anteriormente, é uma das favelas mais antigas da cidade e se encontra em uma região central em Belo Horizonte, próximo a uma das avenidas mais importantes do vetor norte, que conurba o centro às cidades metropolitanas da Região Norte, à Avenida Antônio Carlos, acirrando a luta pelo espaço que cada dia fica mais supervalorizada no centro da cidade e na Zona Norte em especial. Além disso,

“[...] possui uma história de ocupação, resistência e organização comunitária destacada. Para, além disso, a Pedreira Prado Lopes tem nas suas ruas e becos dados que ultrapassam as estatísticas que a figuram entre as favelas mais violentas e pobres de Belo Horizonte. Suas histórias individuais e coletivas de luta e superação alimentam livros e fazem refletir.” (SOARES; ANTUNES, 2001; RIBEIRO et al, 2001 apud MOURA, 2009, p.12).

A Pedreira, segundo dados da URBEL e do IBGE, possui aproximadamente 8.900 habitantes, em uma área de 14.810 m², Nesse espaço encontram-se cerca de 1.914 domicílios. Dos principais problemas apontados na comunidade estão a urbanização irregular, elevada

⁷ MARICATO. *Insensibilidade do Legislativo Municipal: sobre a crise de moradia e o direito de protestar*. Manifesto assinado por Urbanistas e Professores Universitários. São Paulo, 30 de abril de 2014. Disponível em: <http://erminiamaricato.net/2014/05/03/insensibilidade-do-legislativo-municipal-sobre-a-crise-de-moradia-e-o-direito-de-protestar/>

densidade habitacional, índice significativo de violência, sobretudo associada ao tráfico de drogas, falta de saneamento básico e insuficiência de redes de esgoto e coleta de lixo, além do sistema viário precário. Foi a primeira favela a ter o PGE realizado e é uma das 121 favelas que sofreu intervenções do Programa Vila Viva, promovidas pela Urbel - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte.

Esse Programa é a etapa de execução do Plano Global Específico (PGE), que englobam obras de saneamento, remoção de famílias, construção das escrituras dos lotes aos ocupantes, que visam erradicar áreas de risco, reestruturar o sistema viário, urbanizar becos e implantar parques e equipamentos para a prática de esporte e lazer.

O PGE é instrumento de planejamento para favelas do município de Belo Horizonte que, desde 1998, passou a ser uma exigência para aprovação de intervenções financiadas com recursos do Orçamento Participativo – OP do município. O propósito do Plano Global Específico é criar uma base de informações e de referência no contexto de uma política de investimentos progressivos e estruturantes em áreas específicas da cidade, possui aspiração, embora existam ressalvas, a ser oposta às versões de intervenções estritamente racionais, sanitárias, ou mesmo pontuais e fragmentadas. O PGE é o norteador do cronograma das intervenções do poder público para as áreas de favelas, incorporando as demandas da comunidade e o estabelecimento das ordens de prioridade para a execução das ações e obras.

Para implantar o Programa Vila Viva, a Prefeitura conta com 171,5 milhões de reais. Deste montante, 113,3 milhões de reais são financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com contrapartida de 25% da Prefeitura, e 58,2 milhões de reais pelo Governo Federal, através do Programa Saneamento para Todos, da Caixa Econômica Federal, com contrapartida de 10% do município.

Os objetivos oficiais do Programa Vila Viva são a redução de parcela do déficit habitacional, a melhoria e recuperação de um estoque de moradias já existentes por meio da reestruturação física e ambiental dos assentamentos, o desenvolvimento social e econômico e a melhoria das condições de vida da população, com o acompanhamento constante da comunidade e o exercício da cidadania. Tais objetivos se encontram no escopo da Política Municipal de Habitação, cujo objetivo é promover o acesso à moradia para aqueles que não possuem condições financeiras para adquiri-la ou pagar aluguéis, vivendo em situações extremamente precárias.

E onde fica a igualdade?

Para nortear nossa análise no horizonte das mulheres nos pautamos nas reivindicações levantadas pela Plataforma Política Feminista, resultado da organização da Conferência de Mulheres Brasileiras, que ocorreu em 2002 em Brasília, sob uma base de organização de 5.200 ativistas de movimento de mulheres. A elaboração da plataforma foi possível através dos diálogos nas Conferências estaduais e nacional, arquitetadas como espaços públicos de reflexão, explicitação de diferenças e consensos e elaboração de posicionamento coletivo. Foi a primeira vez que um documento foi produzido em uma organização de lutas das mulheres em âmbito nacional pautando a cidade como um espaço político, produtivo e reprodutivo da vida social do cotidiano da maioria da população e território da construção do direito e que por isso deve conter aspirações igualitárias de acesso e de feminização.

Nesse documento entende-se que o caminho em busca da emancipação da mulher passa pela conquista e garantia de seus direitos civis, políticos e sociais, tanto na esfera pública e quanto na privada, e no plano cultural e ideológico, pelo combate aos preconceitos e discriminações a que são submetidas.

Para que essas aspirações sejam alcançadas no contexto urbano, as mulheres defendem:

- 1º) Aumentar o investimento de recursos em projetos habitacionais que garantam o direito à moradia e à terra urbana, assegurados a infra-estrutura necessária, o transporte e os demais serviços públicos, bem como os equipamentos sociais de apoio às tarefas domésticas e ainda os espaços de lazer, para as gerações presentes e futuras.
- 2º) Assegurar recursos públicos para subsidiar o acesso da população de baixa renda, prioritariamente as mulheres negras e as chefes de família, ao financiamento da casa própria; bem como garantir recursos a fundo perdido para os agrupamentos sociais sem-teto.
- 3º) Regularizar a titulação dos terrenos em áreas urbanas para as mulheres.
- 4º) Trocar a dívida dos estados e municípios por investimentos em habitação e urbanização.
- 5º) Estabelecer e implementar as Zonas Especiais de Interesse Social(ZEIS), mecanismo já definido legalmente, com o objetivo de coibir a especulação imobiliária através da taxaço dos vazios urbanos.
- 6º) Assegurar o direito à água e ao saneamento ambiental, em caráter universal e estatal.
- 7º) Ampliar os investimentos para a melhoria do sistema de transporte coletivo e para a execução de políticas de redução de tarifas e de cobertura de gratuidades.
- 8º) Fortalecer a participação das mulheres nos conselhos de habitação e saneamento e nos demais espaços de gestão democrática das cidades.

Como vimos anteriormente, o planejamento da cidade não atende essas reivindicações, pois embora tenha aumentado nos últimos anos os recursos destinados aos programas de habitação,

tais como o Vila Viva, a luta por moradia e, por conseguinte ao transporte é muito latente na cidade, expressando a incapacidade dessas políticas em resolver o déficit de moradia e a calamidade dos transportes públicos.

No que consiste o financiamento dos imóveis, os programas de caráter social como o Vila Viva e outros programas destinados ao financiamento de moradias populares, não possuem aspectos que favoreçam a demanda das mulheres particularmente, àquelas que exercem a chefia familiar. Existem alguns mecanismos que dão algum suporte, como a comprovação de renda autônoma que não exige a formalidade da carteira de trabalho, não há uma exigência que o crédito pessoal esteja regularizado junto ao sistema financeiro, mas exige o carnê do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) autônomo. Estes suportes ainda são insuficientes, pois não consideram a dupla jornada feminina de trabalho, os conjuntos habitacionais ainda não oferecem os equipamentos sociais necessários ao alívio da dupla jornada de trabalho; na sua quase totalidade ainda não dispõem, por exemplo, de creches, lavanderias públicas e refeitórios, embora a prefeitura nos últimos anos vêm construindo UMEIs (Unidade Municipal de Educação Infantil) em alguns pontos da cidade, essas não atendem nem metade da demanda de cada região.

Além disso, a regularização e titulação dos terrenos nas favelas atendidas pelo PVV passa pela triagem dos engenheiros que avaliam seus imóveis, a família pode optar em mudar para os apartamentos obtidos, cujo o valor gira em torno de 30 mil reais ou receber uma indenização, de acordo com o valor do imóvel que ela mora. A média de tal indenização gira em torno de 20 a 22 mil reais. Contudo, algumas vezes, depois da avaliação de engenheiros percebe-se que o valor da residência não ultrapassa 3.000 reais, valor que não assegura que essas pessoas possam adquirir outro imóvel na mesma região, devido a forte especulação imobiliária presente na região central. E optar por morar nos apartamentos não representa uma solução, visto que a renda desses moradores não dá conta de toda a despesa. Uma vez que morando clandestinamente não tinham despesas como água, luz e prestação de imóvel. Sendo assim essas pessoas são obrigadas a se retirarem da favela em que viveu toda a vida para dar lugar aos prédios construídos pelo programa e se dirigirem para regiões mais afastadas da cidade.

Com relação a oportunidade de emprego cerca de 90% dos operários que trabalham no programa são moradores das comunidades. Com a participação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi criado um curso de costura industrial, que já formou dezenas de mulheres. O resultado foi a formação de uma cooperativa de costureiras, cuja primeira encomenda foi a confecção de 200 uniformes vermelhos usados pelos operários do programa.

Estão previstos ainda cursos de capacitação em construção civil e agricultura urbana, para formar profissionais em jardinagem e plantio de mudas frutíferas e ornamentais. Essas são algumas ações apresentadas pelo programa como forma de participação dos moradores, contudo podem ser entendidas como estratégias utilizadas para garantir que as obras transcorram sem resistência, dentro do cronograma e com a adesão da população.

Segundo relatos dos moradores oferecidos na obra de Moura (2009) e no trabalho em grupo intitulado “Programa Vila Viva: contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela em Belo Horizonte”⁸ podemos observar o ponto de vista dos moradores que em sua maioria são positivos em relação a proposta do Programa Vila Viva, alegando melhorias de ruas e becos, com redução de engarrafamento em algumas ruas da favela consideradas estreitas: ônibus coletivo, saneamento básico e retirada das pessoas que moravam em locais com risco de desmoronamentos. Outro ponto positivo levantado por eles foi a respeito da criminalidade que diminuiu depois do projeto ser implantado, pois, com a retirada dos becos os traficantes não estão tendo mais lugares para se esconderem e com isso a polícia, com maior acesso nas ruas asfaltadas e abertas, tem maior probabilidade de abordá-los. Algumas falas exemplificam essas questões:

“Beco mais organizado, limpinho, cimentado”. (Moradora, 48 anos)

Todo mundo tá gostando, crítica não escuta. Melhorou por causa das drogas, era tudo nos becos e agora não tem. (Moradora, 23 anos)

“Evoluiu bastante, era uma becaída, agora tem as casas e os apartamentos tudo arrumadinho. O ônibus nem passava e agora passa”. (Morador, 39 anos).

Apesar dos relatos de melhorias, algumas pessoas relataram críticas como a insatisfação de verem a vizinhança se desfazer. Um morador de 40 anos retrata isso ao comentar sobre os amigos que devido às obras estão indo embora e do desgosto de ter que vê-los sair. Além da ruptura de vínculos, alguns moradores revelaram que não querem viver nos prédios - considerados pequenos (em média 40 m²) - e contam da péssima indenização que só permite comprar casas pequenas em lugares distantes. Problemas em conciliar a vida anterior com o cotidiano dos prédios são discutidos como a impossibilidade da criação animais e plantas, desfavorecendo a agricultura familiar urbana.

⁸ Denise Aparecida O. Pimenta; Fernanda dos S. Januário; Geíse Pinheiro Pinto; Maria Luísa M. Nogueira; Thalles Rodrigo G. Ribeiro [Programa vila viva: contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela em Belo Horizonte](#). In: *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO* que ocorreu entre os dias 30 de outubro e 02 de novembro de 2009 na Faculdade Integrada Tiradentes - FITs, e Maceió. Disponível em: www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/405.%20programa%20vila%20viva.pdf

Também percebemos em seus relatos que os moradores não querem pagar custos como condomínios, esgoto e gás (alguns moradores não tinham gastos com o gás devido ao fogão de lenha). Uma outra ressalva a estes projetos habitacionais é que eles não apresentam soluções de acessibilidade aos deficientes físicos e aos idosos como elevadores.

Por último, devemos ressaltar que esse projeto não é uma demanda da comunidade e que as áreas que sofreram e estão sofrendo intervenção surgiram antes mesmo da construção da cidade, o que revela que esses espaços já estão situados em uma construção histórica, social e geográfica. Portanto é preciso considerar toda a cultura e identificação das pessoas com o lugar e suas moradias que antes eram produzidas de acordo com as demandas das famílias e de acordo com seus modos de vida, a verticalização das moradias muitas vezes ignora os aspectos culturais e emocionais desses moradores. Isso expressa a probabilidade de projetos de remoção, urbanização, desfavelização como o PVV estarem exercendo uma violência simbólica aos moradores.

Onde ficam as mulheres?

Um dos impactos gerados na vida das mulheres removidas das favelas é a precariedade dos serviços de transporte coletivo e a condição de exclusão territorial a que estão submetidas, pois os condomínios do PVV estão afastados para áreas periféricas às vezes mais longínquas do que as das moradias anteriores. A precária mobilidade urbana da cidade de Belo Horizonte também impacta o trabalho, a segurança (as mulheres são as mais vulneráveis à violência sexual e de gênero nas ruas), a saúde e o bem estar dessas mulheres. O grande tempo gasto no deslocamento para a moradia compromete seu desempenho no trabalho e consequentemente a qualidade de vida dessas mulheres e de suas famílias.

É fundamental, portanto para amenizar os impactos das mulheres atingidas pelo PVV a de ampliação dos investimentos para a melhoria do sistema de transporte coletivo, aumento da segurança desses transportes, ampliação das linhas de ônibus e metrô em Belo Horizonte. Políticas de redução de tarifas e de cobertura de gratuidades são necessárias também porque uma vez removidas para áreas mais distantes essas mulheres acabam gastando mais dinheiro com transporte.

Outra questão que afeta a vida das mulheres removidas das favelas, principalmente, àquelas que exercem a chefia familiar e consequentemente a dupla jornada de trabalho reside no fato de que essas mulheres antes da remoção contavam com redes de parentesco e de vizinhança para o cuidado da casa e dos filhos, uma vez deslocadas dessas redes a vida dessas mulheres é afetada. Os conjuntos habitacionais do PVV não dispõem de equipamentos sociais necessários

ao alívio da dupla jornada de trabalho dessas moradoras; por exemplo, de creches, lavanderias públicas, refeitórios. Nesse sentido com a mudança para os conjuntos habitacionais ou seu trabalho profissional é impactado ou seu trabalho doméstico e de cuidado da prole, ou ambos. A via da socialização dos cuidados através de instituições públicas tem mostrado efeitos muito positivos sobre as desigualdades de classe e de gênero no Brasil, mas o acesso a creches é ainda muito restrito nas regiões de que estamos tratando.

Para amenizar este impacto na vida das mulheres removidas das favelas é necessário que nas regiões das moradias dos conjuntos habitacionais do PVV sejam construídas instituições de educação infantil (berçário – matutino, vespertino e noturno –, maternal, creche e pré-escola) para crianças de zero a seis anos de idade e ensino fundamental até quatorze anos em tempo integral, bem como outros equipamentos sociais de apoio às necessidades domésticas. Portanto para que essa remoção da favela não oprimas ainda mais a mulher é necessário que a socialização dos serviços domésticos passe a ser gratuitamente fornecida pelo Estado, isto aliviaria a sobrecarga que recai sobre essa mulher que como já dito possui dupla jornada ou almeja entrar para o mercado de trabalho. Além disso, para que as tarefas domésticas e dos cuidados com a prole (responsabilidades atribuídas, cultural e socialmente, às mulheres) sejam socializados é preciso que a comunidade compreenda a necessidade de socializar, ou seja, a necessidade de passar às mãos da sociedade às tarefas inerentes ao lar e, especialmente, os cuidados pertinentes aos filhos. É preciso campanhas dirigidas à sociedade para que essa consciência seja criada permitindo a emancipação das mulheres.

A crítica às Políticas Públicas de gestão urbana como o Programa Vila Viva é muito importante dentro das análises das ciências sociais, pois tais políticas ainda reproduzem diferenças e não operam na lógica da emancipação das mulheres trabalhadoras urbanas, essas devem ser pensadas e devem participar desde o projeto inicial dessas Políticas Públicas. As mulheres removidas das favelas devem contribuir para a produção do projeto de urbanização das favelas para que esse projeto de cidade não reproduza ou intensifique as opressões sofridas por elas, mas que antes contribua para sua emancipação.

Referencias Bibliográficas

ALVITO, M.; ZALUAR, A. (orgs). *Um Século de Favela* (3a ed). Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ARGUELHES, D. O; COSTA, A. C. S. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. *Universitas humanas*, v. 5, p. 109-137, 2009.

BONDI, L. Gender symbols and urban landscapes. In: *Progress in Human Geography*. London, 16,2 (1992) Edward Arnold: 1992.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 537-572, set./dez. 2007.

DOMOSH, M. A 'feminine' building? Relations between gender ideology and aesthetic ideology in turn-of-the century America. In: *Ecumene*, V 3, no 3, London: Arnold, 1996.

FEENBERG, A. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Ciclo de Conferências Andrew Feenberg. Série Cadernos PRIMEIRA VERSÃO. *A construção crítica da Tecnologia e Sustentabilidade*. Vol. 1. Número 3. 2010.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 6ª ed. 1986.

HARAWAY, D. *Antropologia do ciborgue*: as vertigens do pós-humano / organização e tradução Tomaz Tadeu – 2. ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009. – (Mimo)

HUXLEY, M. E EINCHESTER, H. P. M. Residencial differentiation and social reproduction: the interrelations of class, gender, and space. In: *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 9, n 2, Great Britain: Pion Limited, 1991.

MARICATO. *Insensibilidade do Legislativo Municipal*: sobre a crise de moradia e o direito de protestar. Manifesto assinado por Urbanistas e Professores Universitários.

São Paulo, 30 de abril de 2014. Disponível em:

<http://erminiamaricato.net/2014/05/03/insensibilidade-do-legislativo-municipal-sobre-a-crise-de-moradia-e-o-direito-de-protestar/>

RIBEIRO, N. B. et al. *Becos da memória, desenhos da cidadania - Pedreira Prado Lopes*: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte, 2001 *apud* MOURA, P. F. *Da favela ao residencial*: reassentamentos populares e modos de vida. 2009. 67fls. Monografia (conclusão de curso). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Psicologia, Belo Horizonte.

SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L. *Favela*: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SOARES, A.; ANTUNES, S. A. (orgs). *Pedreira Prado Lopes: memórias*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001 *apud* MOURA, P. F. *Da favela ao residencial*: reassentamentos populares e modos de vida. 2009. 67fls. Monografia (conclusão de curso). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Psicologia, Belo Horizonte.

SORJ, B.; FONTES, A. e MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. p. 573-594, set./dez. 2007.

Plataforma Política Feminista. Aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. Brasília: CFEMEA 6-7 jun. 2002. Disponível em: http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/Plataforma_Politica_Feminista.pdf. Acesso em abril de 2009.